

REBELIÃO NAS PERIFERIAS

O “CASO” FRANCÊS

JEAN-PIERRE GARNIER*

* Tradução de Marcos Reis

RESUMO *Amplamente midiaticizadas e dramatizadas, as “revoltas” de novembro de 2005 na França foram igualmente bastante analisadas. Privilegiando seus aspectos “urbanos”, “locais”, ou mesmo “étnicos”, a maior parte das interpretações propostas pelos pesquisadores teve por efeito, senão por objetivo, negar a este evento o seu verdadeiro caráter político. Elas não fazem mais do que reconduzir ao plano teórico o impasse prático ao qual conduziu uma “política urbana” que, há três décadas, segundo diferentes configurações, restringe-se a territorializar a questão social para eludi-la, à falta de poder resolvê-la. Essa questão reveste-se de formas espaciais novas com a transacionalização do capital na era da acumulação flexível. Para neutralizar “no terreno” as desordens sociais engendradas por essa “nova ordem mundial”, as autoridades francesas esforçam-se em instaurar uma “nova ordem local”, em que a prevenção tende a tomar a forma da repressão e a “política urbana” a confundir-se com uma polícia da cidade. Vale dizer que o “caso” francês não é mais que a exceção que, em um contexto sociológico, urbanístico e ideológico, vem confirmar a regra “global”.*

PALAVRAS-CHAVE *Questão urbana; questão social; política das cidades.*

O movimento de revolta de uma parte da juventude popular das *cités* francesas¹ em novembro de 2005 deu lugar a inúmeros comentários e interpretações, tanto da parte de jornalistas e responsáveis políticos como de pesquisadores das Ciências Sociais. Mas, independentemente das diferenças de apresentação e apreciação dos fatos, tributárias que são dos conflitos de interesse, das clivagens ideológicas e dos embates políticos que atravessam a sociedade francesa, duas constatações foram unânimes: a duração excepcional das perturbações – quase três semanas –, e sua extensão geográfica – aproximadamente trezentas comunas² envolvidas. Entretanto, contrariamente aos relatórios e representações sensacionalistas de que esses eventos foram objeto na mídia estrangeira, a intensidade dos enfrentamentos foi mínima se comparada às rebeliões ocorridas em anos recentes em outros países. Por certo, as forças policiais engajadas para restabelecer a ordem foram consideráveis (até 17 mil funcionários), mas elas conseguiram evitar ferimentos graves entre os rebeldes. Ademais, o número de manifestantes – 15 mil, no máximo –, em sua maioria com idade variando de 15 a vinte anos, foi mínimo relativamente à população total de jovens de 15 a trinta anos de sexo masculino – quase 350 mil, um terço dos quais inativos ou desempregados que não estão em cursos de formação – e residindo nos bairros classificados como “zonas urbanas sensíveis”.³

Feita essa relativização, é preciso reconhecer que a importância política dessas perturbações não deve ser subestimada. Em primeiro lugar, porque elas são reveladoras de uma grave crise social da qual nada indica, mais de um ano após os fatos, que ela esteja em vias de ser absorvida. Em segundo, porque nada prova que o que pôde parecer até aqui como uma espécie de “exceção francesa” deva assim permanecer. Essas duas afirmações não deixarão, certamente, de suscitar crítica ou mesmo uma recusa categórica. Pois não vão elas justamente contra os modos de pensar e de tratar a “nova questão social” – ou,

1 “*Cités*”: nome dado aos conjuntos de habitações sociais públicas construídas após a Segunda Guerra Mundial até 1973. Em sua origem, eram destinadas ao conjunto das famílias assalariadas que não conseguiam ter acesso a habitações privadas. Hoje, nelas só residem, em sua maioria, famílias de operários e empregados mais desqualificados.

2 “*Comuna*”: a menor subdivisão administrativa do território francês, administrada por uma municipalidade (um prefeito – “*maire*” – e conselheiros municipais).

3 “Zona urbana sensível”: entidade burocrática definida e delimitada pelos poderes públicos para ser alvo de uma “política urbana” que visa circunscrever a degradação física e social das *cités*.

antes, como veremos, de eludi-la – que prevalecem na França há mais de 35 anos? É, pois, para sustentá-las que este artigo se dedica.

TERRITORIALIZAR A QUESTÃO SOCIAL

Conforme deixam entender as manchetes ou as formulações utilizadas a propósito das revoltas de novembro de 2005, aí incluídos os discursos de pretensão científica, confirmar-se-ia uma agravação do “problema das *banlieues*”,⁴ “ou, mais precisamente, dos ‘quarteirões sensíveis’”.⁵ Uma vez mais, verificava-se assim o consenso maciço estabelecido desde meados dos anos 1970 para problematizar as perturbações provocadas pelas jovens gerações que vivem nas *cités* como pertinentes a uma “questão urbana”. Sem dúvida, os fatores explicativos de ordem socioeconômica (desemprego, subemprego, desqualificação da mão-de-obra, fracasso escolar ou mesmo “desescolarização” das crianças...) ou político-ideológica (sentimentos de injustiça – muito pronunciados em um país onde os cidadãos são oficialmente proclamados “livres e iguais em direito” – ante as desigualdades sociais, as discriminações étnicas, a brutalidade da polícia) não eram negados – como poderiam sê-lo? –, mas o quadro de análise e de ação mantém-se mais do que nunca *territorial*. Ora, como o assinalava o sociólogo Pierre Bourdieu (1993), “o essencial do que se vive e se vê ‘no terreno’, quer dizer as evidências mais chocantes e as experiências mais dramáticas encontram seu princípio totalmente em outro lugar”.

Sem pretender discutir aqui esse “outro lugar”, freqüentemente evocado de maneira alusiva e naturalizante sob designações diversas (“mundialização”, “mutações”...), o que remete às transformações globais do sistema capitalista na era da acumulação flexível (Garnier, 1997), é preciso, assim mesmo, sublinhar de novo o caráter ao mesmo tempo estéril e mistificador de uma visão que implica “territorializar” um problema para despolitizá-lo. Pois, longe de conduzir a pô-las definitivamente em questão, as “rebeliões” de 2005 serviram de pretexto para reforçar sua ancoragem nas mentalidades e instituições. Para geógrafos e sociólogos, entre os mais representativos da pesquisa urbana francesa (cf. *Nuits de novembre*, 2005), por exemplo, a conclusão a tirar da “geografia das violências” corroboraria o que constitui a seus olhos o ponto de partida obrigatório de toda reflexão sobre a urbanização contemporânea: “justo na hora em que o conflito do capital e do trabalho não é mais o nervo da conflitualidade, a relação estabelecida com o território tornou-se central” (cf. *Redessiner les territoires*, 2005). Como se a relação entre o capital e o trabalho, tornada não (ou menos) conflitual em razão da vitória (provisória?) do primeiro sobre o segundo não tivesse nenhuma incidência na relação de um como de outro com o território! A destituição dos bairros de habitação social,⁶ em particular, não deveria nada à decomposição social, política e ideológica da classe operária sob o efeito, entre outros,⁷ das novas modalidades da exploração da força de trabalho? (Bihr, 1991; Beaud & Pialoux, 1999).

Segundo a maior parte dos especialistas franceses e “jovens das *cités*” ou “quarteirões sensíveis”, os últimos motins sancionariam o fracasso da “política urbana” desenvolvida, sob esse nome ou um outro, desde o fim dos anos 70. Mas não o princípio mesmo de uma intervenção dos poderes públicos tendo por alvo um território “com problemas” para resolver os problemas surgidos neste território. Dito de outro modo, é uma outra “política urbana” que se deveria implantar. Acreditou-se, de fato, poder “dinamizar os quarteirões” graças a medidas específicas: re-habilitação arquitetural, apoio escolar, desenvolvi-

4 Utilizado no plural, o termo *banlieue* não designa mais de forma “neutra” o conjunto diversificado formado pela aglomeração urbana que cerca uma grande cidade, mas centenas de comunas suburbanas e, mais precisamente, as *cités* que ali estão implantadas trazendo problemas de manutenção da ordem.

5 “*Quartier sensible*” no original: noção ideológica de conotações médicas erigida como conceito para designar de maneira metafórica agrupamentos de habitações sociais onde a situação testemunharia um “mal-estar” ou um “mal” que caberia aos poderes públicos cuidar após um “diagnóstico” e graças a “intervenções” – entre as quais “operações” urbanísticas e arquiteturais ou ... policiais – apropriadas. Como para as *banlieues*, a colocação no plural do termo *quartier* dispensa acrescentar o qualificativo “sensível” – ou ainda “difícil” – para fazer saber que se trata de agrupamentos de habitações sociais cujos moradores trazem problemas às autoridades.

6 “*Quartier d’habitat social*”: outra designação dada às *cités*.

7 O colapso dos regimes do “socialismo real”, por um lado, e a adesão dos partidos de esquerda à “economia de mercado”, por outro, aceleraram esse processo.

mento de atividades culturais, esportivas ou lúdicas, promoção das associações, criação de empregos temporários para jovens sem trabalho consistindo com freqüência, sob a rubrica de “animação”, de “formação” ou de “mediação”, a “ocupar” outros jovens despossuídos para dissuadi-los de semear a desordem etc. Ora, essa “discriminação positiva” de fato teria contribuído involuntariamente ao retraimento dos territórios e ao fechamento de seus habitantes sobre si mesmos. Seria preciso, portanto, antes, “reconfigurar” os primeiros para favorecer o “desenclavamento” e a “mobilidade” dos segundos na escala da cidade, da aglomeração ou da metrópole, o que, a crer nos partidários dessa reorientação da ação pública, permitiria “reinsrer” uns e outros na “sociedade urbana”.

Como podemos constatar, essa “política urbana”, qualquer que seja sua versão, abstrai a *dimensão política* da relação entre certos espaços – no caso, as zonas de relegação onde uma parte da franja inferior das classes populares se encontra concentrada – e o conjunto da sociedade. Ao menos se entendemos por “político” um campo, práticas e representações que têm a ver com a divisão e o conflito. Por certo, a divisão e o conflito não estão ausentes das preocupações dos idealizadores e dos agentes da dita política urbana, pois sua razão de ser última (ou inicial) é, por mais inconfessável que seja, a de neutralizar o conflito e negar a divisão. Com efeito, as relações de dominação próprias ao curso neoliberal tomado pela evolução do modo de produção capitalista (flexibilização do mercado de trabalho, dismantelamento das conquistas sociais, diminuição da função redistributiva do Estado...), que estão na origem da acentuação da segregação socioespacial, são postas entre parênteses em favor de uma abordagem unanimista que dá prioridade à “reconstrução do laço social”, à “participação do habitantes” e a “valorização da cidadania” ali onde a “nova questão social” se coloque. Para tanto, bastará qualificar como “urbana” essa questão. E circunscrever à “cidade” – na verdade a alguns de seus setores e a certas categorias de seus habitantes – as respostas que lhe serão dadas.

Essa questão, sabemos, é a da(s) “violência(s)” urbana(s), e da insegurança – também urbana – que ela(s) engendraria(m). Não se falará, senão de modo alusivo, das violências de ordem material, institucional ou simbólica infligidas às camadas populares em uma sociedade cada vez mais desigual, assim como tampouco se falará da insegurança que resulta para elas em diversos planos: profissional, residencial, sanitário, alimentar, mas também psicológico e existencial. Na França, essa violência social se agrava, para as jovens gerações resultantes da imigração pós-colonial, das vexações racistas de todo tipo (discriminação no emprego ou no acesso à moradia ou aos equipamentos de lazer, controles policiais repetidos, julgamentos iníquos nos tribunais etc.) suscitados por sua aparência facial ou seu nome. Somente serão consideradas e condenadas pelos agentes da ordem supostamente “republicana” as violências que são denominadas “urbanas”, sob o pretexto de que os fenômenos reunidos sob essa etiqueta (vandalismo, roubos, furtos, tráfico, agressões, rixas entre bandos, rebeliões, “incivilidades”...) acontecem com maior freqüência nas cidades – como poderia ser diferente em um país amplamente urbanizado?⁸ – e mais precisamente, em espaços públicos urbanos.

Quando não se resolve um problema atacando diretamente suas causas estruturais, acaba-se sempre tentando “regular” sua não-resolução, impedindo que os conflitos deles resultantes se tornem “explosivos”. Tal é a linha de conduta adotada na França pelos governantes tanto de direita como de esquerda, em âmbito nacional e local, diante de comportamentos e atos de rebelião originados, de um lado, da precarização, da pauperização e da marginalização em massa engendrados pela “liberalização” do capitalismo, e, de outro, da ausência de alternativa política – não confundir com “alternâncias” de políticos – capaz de

⁸ Observa-se, entretanto, há uma dezena de anos, um desenvolvimnto da delinqüência juvenil nas zonas rurais.

9 O espacialismo postula uma relação causal direta entre formas espaciais e práticas sociais, o que permite transmutar problemas próprios a um tipo de sociedade em problemas devidos a um certo tipo de espaço, como se o “quadro de vida” produzisse e, pois, explicasse em grande parte as maneiras (boas ou más) de se viver.

10 O localismo consiste em formular, estudar e tratar os problemas a partir e em razão do lugar onde eles se manifestam, o que significa confundir problemas na cidade com problemas da cidade.

11 “Rigor”: eufemismo destinado a mascarar a retomada, por um governo de esquerda, de medidas econômicas (compressão salarial, supressão de empregos, diminuição das despesas públicas, privatizações...) identificadas até então às políticas de “austeridade” da direita.

12 As violências, por vezes mortais – mais de trezentos mortos desde 1981 –, cometidas pela polícia contra jovens das *cités* constituem o ponto de partida da maior parte dos enfrentamentos e das rebeliões. As reações dos jovens são tão mais vivas quanto os policiais culpados quase sempre são absolvidos.

13 “Beur”: jogo de palavras em gíria com a qual os jovens “árabes” de origem magrebina se autodesignavam. Retornado e difundido pela mídia, será em seguida rejeitado e linguisticamente desviado por esses mesmos jovens para “rebeu”.

14 O Palais de l'Élysée é a sede do governo francês.

circunscrever, quando não inverter, essas tendências. Em vez de se fazer a ligação entre o “problema de sociedade” que constituiria o fenômeno das “violências urbanas” e o “modelo de sociedade” do qual essas são um produto, o que, é verdade, teria forçado a ver esse modelo como um problema ou mesmo como o problema, prefere-se identificar esse “problema de sociedade” com um “território”. E, logicamente, a “tratá-lo”, tanto na teoria como na prática, a partir de dois registros ideológicos complementares: o espacialismo⁹ e o localismo.¹⁰ Com o insucesso que já conhecemos. A esse respeito, os enfrentamentos de novembro de 2005 não fizeram mais do que tornar tudo isso ainda mais evidente.

DA QUESTÃO URBANA À QUESTÃO POLICIAL

O fracasso da tentativa francesa, há mais de três décadas, de pôr fim à “agitação das *cités*” entendendo-a sobretudo como o sintoma de uma “crise urbana” pode ser lido por meio do caráter cada vez mais “securitário” das políticas adotadas. Como sua denominação já o sugeria, as operações “*Habitat e vida social*”, sob a presidência de Valéry Giscard d’Estaing, e, em seguida, “Desenvolvimento social dos bairros”, durante o primeiro mandato presidencial de François Mitterrand, no início dos anos 80, atribuíram prioridade ao tratamento “social”, quer dizer, preventivo. Em seguida, a política de “rigor”¹¹ adotada pela esquerda no poder para responder às exigências de integração da economia francesa em uma Europa já “neoliberalizada” fará sentir seus efeitos deletérios entre as camadas populares, dissipando as ilusões em uma possível melhoria de sua sorte.

As primeiras “rebeliões” importantes aconteceram no verão de 1981, pouco depois da chegada da esquerda ao poder, na *cité* dos Minguettes, em Vénissieux, uma comuna da *banlieue*-leste de Lyon, em seguida à morte de um jovem assassinado pela polícia.¹² Durante o verão seguinte, sempre na *banlieue* de Lyon, jovens realizaram “rachas” no espaço público com carros roubados, ainda violentamente reprimidos pela polícia. Sem que fosse esse seu fim específico, essas manifestações espetaculares, seguidas de outras nas periferias de Paris, Marseille, Lille ou Toulouse, exprimiam também uma vontade de se aproveitar da mudança de maioria política na direção da República para atrair a atenção não para as “*cités*-problemas”, mas para os problemas de seus habitantes. Muitos, entre eles, que haviam, com efeito, votado nos candidatos dos partidos de esquerda, esperavam dos novos dirigentes políticos do país que se ocupassem seriamente do futuro das *banlieues*.

Assim é que, para abrir uma saída política às violências da *banlieue* de Lyon, militantes associativos e personalidades religiosas organizaram, em 1983, uma “Marcha pela igualdade” de Lyon até Paris para expor ao novo presidente da República e ao governo, assim como à opinião pública, as reivindicações da “juventude das *cités*”. Aproximadamente cem mil pessoas chegaram à capital no dia 3 de dezembro de 1983. Essa marcha passou para a posteridade sob o nome de “Marcha dos *beurs*”,¹³ uma formulação que não tem nenhum conteúdo político, mas essa mudança de designação era carregada de sentidos. Instrumentalizada a partir do Élysée¹⁴ mediante estratégias do Partido Socialista, o movimento passou, com efeito, de um objetivo político que se endereçava a todos os explorados a uma expressão pseudo-étnica. A luta pela igualdade socioeconômica, que havia deixado de ser de atualidade quando o governo de esquerda fez a sua virada social-liberal, dará assim lugar ao “combate anti-racismo”. Amplamente midiática e apropriada por militantes quase-profissionais do Partido Socialista, externos, em sua maior parte, às *cités*, essa mobilização, nascida de uma iniciativa que havia des-

pertado inúmeras esperanças, notadamente junto aos jovens de origem estrangeira, será rapidamente deslegitimada por seus iniciadores de Lyon. Coincidência? Três semanas após a chegada triunfal da marcha a Paris, o primeiro ministro socialista Pierre Mauroy atacará violentamente os grevistas muçulmanos da fábrica de automóveis de Talbot-Poissy, em greve contra demissões em massa na indústria automobilística, acusando-os de serem “manipulados por aiatolás integristas”!

No poder durante 15 anos (1981-1986; 1988-1993; 1997-2002), a esquerda, e particularmente o Partido Socialista, não pôde ... ou não quis tomar as medidas que poderiam ter posto fim à “crise das *banlieues*”, medidas que, é verdade, seriam supostamente contrárias aos *diktats* da Comissão Européia e, de modo geral, das “forças do mercado globalizado” do qual essa Comissão não é mais do que o fundamento de poder no continente. A esquerda não fez mais que cooptar para suas equipes municipais, num nível muito baixo de responsabilidades (serviços de juventude, de esportes, de animação ...), um pequeno número de dirigentes locais recrutados entre os líderes escolhidos das *cités* em busca de emprego e de reconhecimento, e financiar certas associações locais ou nacionais (entre as quais, a “SOS Racismo”, fundada em 1984, é a mais conhecida) que se tornaram fortemente dependentes do partido, perpetuando assim uma velha tradição clientelista. A esquerda, em contrapartida, prisioneira da “desinflação competitiva” que tornara sua linha de conduta em matéria econômica e monetária, não procurou lançar um programa maciço de investimentos em habitação social, educação, saúde e transportes, fugindo à realidade em seus discursos moralizantes ou culturalistas sobre o racismo e sobre o multiculturalismo, a “República mestiça”. Em vez de atacar as causas estruturais do desemprego em massa e da segregação socioespacial, preferiu igualmente selecionar, progressivamente, para que as *cités* fossem representadas nas instâncias nacionais, uma minúscula elite “de cor” de dirigentes oportunistas e carreiristas, desvinculados de seu meio e seu lugar de origem, ou ainda recrutar trabalhadores sociais sub-remunerados de origem magrebina encarregados de “enquadrar” adolescentes avessos ao assalariamento precário a que são destinados. Após vários anos de experiência de governos de esquerda, os moradores dos “quarteirões” acabaram tirando sua conclusão: a dita esquerda não “podia aliviar toda a miséria do mundo”, como argumentara o então primeiro ministro Michel Rocard.

Relegados a um futuro de abandono,¹⁵ as novas gerações circunscritas aos “quarteirões” reagirão em nome de uma rejeição ainda maior por parte da sociedade pela qual já se sentiam rejeitados. As “re-habilitações” e outras “requalificações” do espaço habitado também não impedirão que a situação se deteriore ainda mais. Os esforços para tornar esse espaço mais acolhedor não conseguiram tornar seus jovens mais conciliadores, e a despeito dos bilhões de francos, e depois, de euros, investidos na “reconstrução das *banlieues*”, a pacificação dos quarteirões problemáticos ainda é esperada. Não apenas os agentes perturbadores da ordem, cada vez mais jovens, se tornavam mais violentos – a sorte pouco invejável de seus pais, mesmo graduados, não os inspirava de modo algum à assiduidade escolar –, como alguns começaram a se aventurar a ações delinquentes em bandos nas partes centrais das cidades. Isso porque a prevenção pouco a pouco passara para um segundo plano em benefício da dissuasão e da repressão.

Duas decisões, ambas tomadas sob a égide de governos de esquerda, marcarão simbolicamente esta inflexão securitária da ação dos poderes públicos: a criação de um Instituto de Altos Estudos para a Segurança Interna [Institut de Hautes Études sur la Sécurité Intérieure – IHESI], em 1988, e, no início dos anos 90, de uma seção intitulada “Violências urbanas”, rebatizada mais tarde como “Cidades e *banlieues*”, no interior da

15 Sem diplomas ou com diplomas desvalorizados, os adolescentes e os jovens adultos só têm como perspectiva, em sua maioria, tornarem-se “temporários permanentes”, encadeando empregos temporários, desemprego e estágios de formação ou de reciclagem que não levam a parte alguma.

Direção de Informações Gerais [Direction des Renseignements Généraux], a polícia política francesa. O IHESI, concebido a partir do modelo do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional [Institut des Hautes Études de Défense Nationale], é um centro de pesquisas, de reflexão, de debates e de formação que se dirige a todos os “atores da segurança interna”. Ele reúne, na qualidade de estudantes e professores, policiais e juizes, mas também legisladores municipais, altos funcionários, dirigentes e executivos de empresas de segurança, pesquisadores e universitários. O inimigo não é aquele que ameaça as fronteiras, mas aquele que, no interior dessas fronteiras, põe em perigo a “paz civil”. Primeiro alvo: o “jovem da *banlieue*”. Esse também será objeto da atenção privilegiada da nova seção “Violências urbanas” da Direção de Informações Gerais. Diferentemente do que prevalecia até então nessa instituição, o indivíduo ao qual é preciso vigiar e neutralizar as ações não é mais o “vermelho”, ou seja, o “subversivo” comunista ou esquerdista, mas o “vagabundo”, geralmente de ascendência quando não de confissão muçulmana, portanto suspeito, além da suposta cumplicidade com o terrorismo internacional.¹⁶

16 Essa diluição das fronteiras entre o nacional e o internacional conduzirá o Instituto de Altos Estudos para a Segurança Interna a perder o “I” de “Interna” no início do presente século.

Enquanto multiplicavam-se as declarações marciais dos ministros e prefeitos sobre a “reconquista das zonas de não-direito”, que se punha em ação uma legislação cada vez mais punitiva, que se intensificava o esquadrinhamento policial e que proliferavam as câmeras de videovigilância nos espaços e nos equipamentos públicos, as intervenções sobre as construções revestiam-se de uma aura disciplinar com a implantação de uma arquitetura dita de “prevenção situacional”. Segundo seus promotores, ela visa “ordenar os lugares para prevenir o crime”, quer dizer, “securizá-los” para que o novo inimigo interno, a saber os “*sauvageons*” e a “*racaille*”,¹⁷ não se sintam neles como em um terreno conquistado. Com a “renovação urbana” iniciada pelo governo de esquerda de Lionel Jospin, seguida do “melhoramento urbano” lançado pelos governos de direita que o sucederam, um novo passo será dado: sob o pretexto de favorecer a “mistura residencial”, será programada a destruição sistemática das torres e das barras das habitações sociais na esperança de fazer desaparecer, ao mesmo tempo que os prédios e seus incômodos ocupantes, os problemas que lhes eram imputados. De fato, tratava-se de deslocar esses ocupantes no sentido próprio e figurado: era preciso abrir espaço na periferia próxima para as camadas médias cuja presença é inviável no centro das aglomerações, dada a especulação e a gentrificação, ao mesmo tempo dispersando e afastando as famílias pobres e seus filhos excessivamente turbulentos.

17 “*Sauvageons*”: designação com conotações racistas utilizada pelo ministro do Interior de esquerda, Jean-Pierre Chevènement, para nomear os jovens que perambulam pelas *cités*. “*Racaille*”: termo depreciativo utilizado por seu homólogo de direita, Nicolas Sarkozy, para estigmatizar o mesmo gênero de indivíduos.

Se a eficácia das ações públicas que ela inspira é das mais limitadas – as “violências urbanas” se disseminam, mesmo nas cidades e nas áreas rurais, em vez de diminuir –, a primazia atribuída aos fatores “locais” comporta uma dupla vantagem no plano ideológico. Primeiro, permite manter o *black-out* sobre as causas “deslocalizadas”, a saber as estruturas, as lógicas, os mecanismos e os processos que operam em escala nacional e, cada vez mais, planetária, aos quais os governantes, de todas as cores políticas, escolheram se submeter ou, antes, submeter os governados. Além dessa ocultação da dinâmica global e agora “globalizada” do modo de produção capitalista, à qual não se trata mais, em nossos dias, contestar nem, com mais forte razão, combater, o localismo conforta igualmente a visão concordatária de uma *citée* reconciliada sob o signo da “urbanidade”. As causas locais, com efeito, são também, se tomamos a palavra “causa” em sua segunda acepção, as causas a defender. Ora, elas teriam por virtude reunir – vide o refrão: “a luta contra a insegurança é assunto de todos” – em vez de dividir. Em suma, as causas “cidadãs”, ou seja, “apolíticas”. Onde o consenso de que se beneficiou a “política urbana” ou seus sucedâneos. Se essas modalidades dão ainda matéria de discussão, freqüentemente “técnicas”, sua finalidade é, doravante, objeto de unanimidade: a polícia da cidade, no sentido amplo do termo.¹⁸

18 Certos pensadores franceses do urbano falam em “proteger a *citée*” da ameaça dos “novos bárbaros das *cités*”!

A QUESTÃO POLÍTICA

Pondo fogo nas *banlieues*, os revoltosos de novembro de 2005 mostraram, porém, que não faziam parte desse consenso. Para negar à sua revolta qualquer caráter político, foram acusados de não exporem suas reivindicações. Efetivamente, eles não reclamaram “empregos desqualificados e mal-remunerados”¹⁹ –, de qualquer modo, eles raramente viram seus pais trabalharem de maneira estável e contínua, nem uma “escola democrática”, nem centros sociais ou casas de cultura, nem uma “polícia de proximidade”.²⁰ Mas, atacando escolas, estádios, meios de transporte público, órgãos voltados à assistência social, centrais de empregos, depósitos ou delegacias de polícia, eles tinham como alvo o que os produz e os define como “condenados da cidade”, fazendo a crítica em atos de um “quadro de vida” que simboliza uma existência limitada à sobrevivência.

É de bom tom, entre os comentaristas, recusar toda legitimidade política a esses “rebeldes sem causa”, reconhecendo, porém, que sua rebelião possa ter uma causa. Sob o pretexto de que eles não sabem “pôr em forma e dar forma” ao seu protesto, que eles não podem ou não querem converter suas recriminações, suas indignações, seus rancores e sua cólera em “reivindicações apresentáveis, decentes e dignas de crédito, portanto suscetíveis de serem ouvidas e eficazes”, qualifica-se a sua revolta de “protopolítica” (Mauger, 2006). Mas, em vista dos resultados aos quais se chegou após mais de trinta anos de “reivindicações apresentáveis, decentes e dignas de crédito” emanando das *banlieues*, os revoltosos de 2005 compreenderam, ainda que de forma confusa, que eles não tinham mais nada a esperar do repertório de ação coletiva “legítima” na França de hoje.

Não seria de surpreender que uma “fratura cívica”, como diriam os politólogos franceses, tenha vindo acompanhar a “fratura social” provocada pelo aprofundamento do fosso entre o povo e a burguesia. Ninguém pode mais negar, mesmo que seja conveniente fingir ignorar, a clivagem separando uma “elite” política local – se considerarmos apenas esse nível – “de esquerda”, muito representativa por sua composição, sua ideologia e sua gestão, das classes médias assalariadas que constituem o essencial de sua base social, e as frações desqualificadas e pauperizadas da ex-classe operária, imigrantes, mas também franceses “de linhagem” cujos filhos não têm, em sua maioria, como futuro, mais do que o desemprego, os “pequenos bicos” mal-pagos, os estágios de inserção *bidon*²¹ ou as atividades ilícitas da “economia paralela” com a prisão como horizonte. Relegados a conjuntos de habitações mais ou menos degradadas que lhes reserva uma estratégia de povoamento segregativo, esses abandonados por conta da reestruturação capitalista não esperavam mais nada de uma “esquerda” que não cessou de, quando governava, realizar o “trabalho sujo”, como o reconhecerá o ex-primeiro ministro socialista Laurent Fabius, que a direita não havia ousado cumprir por medo de uma insurreição popular generalizada.

Por qual milagre, nessas condições, um feliz encontro teria podido produzir-se entre as novas gerações saídas da imigração e das municipalidades já incapazes de limitar a desafeção de sua base proletária tradicional? Como crer que os “militantes das *cités*” à frente de suas associações poderiam conseguir, com o pequeno apoio de que se beneficiavam dos legisladores locais, assegurar a “saída por cima” dos habitantes concentrados nas zonas de rejeição? Isso significaria esquecer um pouco rapidamente o peso esmagador dos determinantes sociais que, em escala nacional e cada vez mais mundial, continuam, como poderíamos dizer, a descartar, os grupos mais despossuídos em capitais econômicos, escolares, relacionais e simbólicos.

19 Na gíria das *cités*, “*taf de merde payé des clopinettes*”, que designa um emprego desqualificado e pouco remunerado.

20 “Polícia de proximidade”: modelo de controle social importado dos países anglosaxões e testado pelo governo de Lionel Jospin, no qual os policiais são “imersos” na vida cotidiana dos “quarteirões” a fim de favorecer uma colaboração entre as forças da ordem e a população.

21 “*Bidon*”: expressão popular para significar “oco”, “vazio”, “ilusório”.

Um sociólogo francês já prevê, por exemplo, entre os filhos de imigrantes argelinos e marroquinos que se esforçam por “agitar os jovens” hoje nos “quarteirões”, a substituição potencial das gerações precedentes de militantes operários nascidos no Sul da Europa que, vítimas inicialmente da xenofobia francesa, conseguiram, graças à sua mobilização, vencer os preconceitos e o ostracismo emanados daqueles que, por sua posição na divisão capitalista do trabalho, eram, entretanto, seus semelhantes (Masclat, 2003). Ora, não deveríamos comparar as respectivas situações dos primeiros e dos segundos, a não ser para diferenciá-las, mesmo se abstrairmos o racismo muito mais virulento e mais tenaz dos franceses contra os “árabes”, do que com relação a italianos, espanhóis ou portugueses, europeus brancos e, em princípio, cristãos. O fato de que a militância dos “*rebeus*” ou dos “*renoís*”²² se desenvolve nos “quarteirões” e não nas fábricas constitui uma diferença de porte ... ou antes de natureza. Formados nos combates solidários contra a exploração, os “filhos do povo” de origem estrangeira que no dia seguinte da Segunda Guerra Mundial faziam carreira como voluntários, em seguida como *apparatchiks*, nas redes sindicais ou associativas montadas pelo Partido Comunista à época do esplendor stalinista, o faziam como trabalhadores em um contexto de *luta de classes*, por mais manipulada que essa fosse. E não como trabalhadores sociais, dóceis ou remunerados, para fins de “pacificação”.

Por certo, em matéria de identificação ideológica e de engajamento político, o impacto do “comunismo municipal” sobre as categorias populares foi mais forte do que as lutas desenvolvidas nos ateliês. Isso não impede que a função messiânica então imposta à classe operária ressurgisse no conjunto dos lugares e atividades extra-trabalho postas sob o controle do partido (cantinas, bibliotecas, centros culturais, associações de lazer e de viagens, creches, colônias de férias, eventos festivos etc.). Antes de tornarem-se laboratórios das novas proteções que o “Estado social” burguês tomará pouco a pouco ao seu encargo, supunha-se que às municipalidades “comunistas” caberia dar às camadas populares que elas administravam um gostinho antecipado das benfeitorias do futuro Estado socialista. Em suma, se à época se militava na ação social, na cultura ou nos lazeres, isso era feito sempre pela Causa, portanto, em princípio, contra a Ordem estabelecida. Ora, hoje tudo mudou com o “militantismo de *citê*”.

Em nossos dias, não se milita mais, nas *citês*, contra, mas pela ordem estabelecida ou, mais exatamente, pelo restabelecimento da ordem – rebatizada de “paz civil” –, perturbada há muitas décadas pela rebelião, aberta ou potencial, de uma juventude que não se resigna a engrossar as fileiras do que Karl Marx chamava “superpopulação flutuante” ou “estagnante”, produto inevitável do capitalismo ao mesmo tempo que indispensável ao seu desenvolvimento. Ora, é justamente no seio dessa juventude rebelde que se forjam a partir de agora as vocações de “líderes” – paralelamente e em oposição à dos “*dealers*” –, que, longe de conclamar aqueles dos quais eles são porta-vozes a dar um sentido coletivo à sua revolta em uma perspectiva de emancipação coletiva, visam, para atrair sua adesão, àquilo que eles oferecem eles próprios como exemplo a título pessoal: o desejo de promoção individual. Conseqüentemente, quando se fala ainda em “engajamento”, em “mobilização”, em “politização”, é, doravante, no sentido “politiqueiro” do termo, no qual a política se vê inevitavelmente reduzida ao político, quer dizer, ao estatal. Seria também ingenuidade reprovar os conselheiros municipais de esquerda por eles não terem dado aos filhos dos imigrantes vindos do sul do Mediterrâneo “acesso à representação política local” e, para os mais “qualificados” entre eles, acesso à “profissão política” (Masclat, 2003). Seria igualmente vão convidar os partidos, como se tem feito desde as revoltas de 2005, a renovar seu pessoal dirigente para que esse possa enfim refletir a “diversidade” – suben-

22 “*Rebeu*”, “*Reno*”: respectivamente árabe, negro, na linguagem das *citês*.

tendendo-se “étnica” – da população francesa. Se a entrada na “cena política” de alguns representantes notáveis e cuidadosamente triados entre as classes ou grupos dominados pudesse pôr fim à dominação, nós o saberíamos!

Sem esperar que os “párias urbanos” descubram vias novas para politizar sua revolta, os de cima aproveitam o caráter errático das violências para criminalizá-la. É nisso que as revoltas ocorridas recentemente na França constituem também um evento mundial. Jamais, desde a acumulação primitiva do capital, houve, como agora, uma tal conformidade e uma tal imbricação entre a organização da economia e o recurso à violência dita “legítima” – aquela de Estado – para manter a ordem nas cidades. A “nova ordem mundial” instaurada no dia seguinte à “queda do comunismo” tem, com efeito, um corolário: a necessidade imperativa para as autoridades de instaurar paralelamente uma nova ordem local para julgar “no terreno” as desordens sociais engendradas por essa ordem longínqua (Garnier, 2000). Nas *banlieues* populares ou nas *innercities* das grandes metrópoles (mas igualmente das aglomerações urbanas de tamanho menor), nas favelas do Brasil, nas zonas francas da China, nos contornos petrolíferos do mar Cáspio ou nos subúrbios de Johannesburg, a guerra policial – significativamente batizada “operação de manutenção (ou de restabelecimento) da paz civil” – tornou-se o modo normal de regulação social, demográfica e espacial da exploração, da reprodução e do controle da força de trabalho, empregável ou não.

Em todas as escalas (mundo, continentes, países, regiões, aglomerações ...), o espaço transnacional do capital reestruturado se expande segundo um triplo esquema de homogeneização/fragmentação/hierarquização (Lefebvre, 1974). Em cada nível, ombreiam-se, sempre sem se articular, um núcleo “superdesenvolvido”, zonas com uma constelação de focos capitalistas mais ou menos densas e zonas parcial ou totalmente no abandono, “lixerias sociais” onde a violência direta se exerce contra as margens e uma economia que hesita em qualificar-se como “subterrânea”, posto que ela funciona à vista de todos. Quarteirões de alta segurança para os abastados, quarteirões sob alta vigilância para os despossuídos, e dispositivos cada vez mais sofisticados de filtragem para assegurar, entre ambos ou no próprio seio de cada grupo, uma coexistência que se mostra cada vez menos pacífica. Em toda parte instala-se assim um sistema de “pacificação”, composto de vigilância contínua, de operações militares e policiais e de missões humanitárias. Nas *banlieues* francesas, entre os incêndios de automóveis, os lançamentos de granadas lacrimogêneas e os toques de recolher, percebemos os albores desse novo mundo.

Jean-Pierre Garnier é sociólogo do Institut Parisien de Recherche sur l'Architecture, l'Urbanisme et la Société (IPRAUS) do CNRS.
Email: jp.garnier34@wanadoo.fr

Artigo recebido em setembro de 2006 e aprovado para publicação em novembro de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUD, S.; PIALOUX, M. *Retour sur la condition ouvrière*. Paris: Fayard, 1999.
- BIHR, A. *Du “grand soir” à l’alternative*. Le mouvement ouvrier européen en crise. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.
- BOURDIEU, P. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- GARNIER, J.-P. *Des barbares dans la cité de la tyrannie du marché à la violence urbaine*. Paris: Flammarion, 1997.
- _____, *Le nouvel ordre local: gouverner la violence*. Paris: L’Harmattan, 2000.
- LEFEBVRE, H. *La production de l’espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- MASCLET, O. *La gauche et les cités*. Enquête sur un rendez-vous manqué. Paris: La Dispute, 2003.

MAUGER, G. *L'émeute de novembre 2005*. Une révolte protopolitique. Paris: Éditions du Croquant, 2006.

NUITS DE NOVEMBRE 2005, Table-ronde avec Jacques Donzelot, Philippe Estèbe, Marie-Christine Jaillot et Hugues Lagrange, *Esprit*, n.12, décembre 2005.

REDESSINER les territoires de la République. Éditorial, *Esprit*, n.12, décembre 2005.

A B S T R A C T *Besides a big media coverage and a great dramatization, the “riots” of november 2005 in France also gave rise to a plenty of analysis. But, by prioritizing the “urban” and “local”, or even ethnic aspects of this event, most of the interpretations proposed by the searchers had the effect, if not the purpose, of denying its real political nature. Thus they do nothing else but to reinforce, on the theoretical level, the practical deadlock reached by a “City policy” which, since about thirty years and after constant changes, amounts to “territorialize” the social question in order to evade it, for want of solving it. With the transnationalization of capital in the flexible accumulation age, this question takes on new socio-spatial features. With the aim of neutralizing “in the field” the social disorders generated by this “new world order”, the French authorities endeavour to establish a “new local order” in which prevention tends to coincide with repression and the “City policy” with city policing. In other words, the French case is, within a sociological, town-planned and ideological context characteristic of France, no more than the exception which proves the “global” rule.*

K E Y W O R D S *Urban question; social question; city policing.*